

Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Lorena Izá Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Resumo

A questão agrária brasileira é complexa e heterogênea, o que possibilita o despertar de diferentes interpretações - paradigmas, teorias, conceitos, ideologias e, até mesmo, políticas de desenvolvimento. Ao longo dessa apresentação, a questão agrária é interpretada como uma contradição estrutural do modo de produção capitalista que expropria, (re)cria e subordina o trabalho familiar camponês. Com o intuito de romper com as relações de sujeição ao capital, os camponeses, principalmente aqueles organizados em movimentos socioterritoriais, estão construindo práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias. A agroecologia e a proposta de soberania alimentar da Via Campesina são alguns exemplos. Todavia, essas práticas e propostas estão diretamente relacionadas à luta pela terra e reforma agrária. Isso porque elas são fundamentais para a existência e resistência da agricultura camponesa.

Palavras-chave: Questão agrária; camponês; luta pela terra; reforma agrária.

From the centrality of the agrarian question to the current struggle for land and land reform in Brazil

Abstract

The Brazilian agrarian question is complex and heterogeneous, which allows for the awakening of different interpretations - paradigms, theories, concepts, ideologies and even development policies. Throughout this presentation, the agrarian question is interpreted as a structural contradiction of the capitalist mode of production that expropriates and subordinates peasants. In order to break with the relationships of subjection to capital, peasants, especially those organized in socio-territorial movements, are building autonomous and emancipatory socio-territorial practices. Via Campesina's agroecology and food sovereignty proposal are some examples. However, these practices and proposals are directly related to the struggle for land and land reform. This is because they are fundamental to the existence and resistance of peasant agriculture.

Keywords: Agrarian question; peasant; struggle for land; land reform.

De la centralidad de la cuestión agraria a la actual lucha por la tierra y la reforma agraria en Brasil

Resumen

El tema de la cuestión agraria brasileño es complejo y heterogéneo, lo que permite el despertar de diferentes interpretaciones: paradigmas, teorías, conceptos, ideologías e incluso políticas de desarrollo. A lo largo de esta presentación, la cuestión agraria se interpreta como una contradicción estructural del modo de producción capitalista que expropia, (re) crea y subordina el trabajo familiar campesino. Para romper la relación de subordinación al capital, los campesinos, especialmente los organizados en movimientos socioterritoriales, están construyendo prácticas socioterritoriales autónomas y emancipadoras. La propuesta de agroecología y Soberanía Alimentaria de la Via Campesina son algunos ejemplos. Sin embargo, estas prácticas y propuestas están directamente relacionadas con la lucha por la tierra y la reforma agraria. Esto se debe a que son fundamentales para la existencia y resistencia de la agricultura campesina.

Palabras clave: Cuestión agraria; campesino; lucha por la tierra; reforma agraria.

Introdução

A edição 55 da Revista NERA, assim como as anteriores, apresenta artigos, tradução, resenha e entrevista que abordam temáticas que corroboram a centralidade da questão agrária nas discussões sobre o campo e, ao mesmo tempo, atualiza os debates em torno dessa problemática não só no Brasil, mas na América Latina. Partindo desses elementos, torna-se cada vez mais necessário reforçar a compreensão da questão agrária enquanto um problema estrutural causado pelo desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista na agricultura (OLIVEIRA, 1991). Em consonância com essa abordagem, tem-se a necessidade e, mais do que nunca, a atualidade da reforma agrária no Brasil. É por intermédio da reforma agrária que os camponeses com pouca ou sem terra podem ter acesso à terra de vida e trabalho. Nesse sentido, a academia e os movimentos socioterritoriais não podem perder de vista essas questões em suas análises sobre a realidade agrária. Temáticas como agroecologia e soberania alimentar, por exemplo, são intrínsecas à agricultura camponesa. Sem reforma agrária e sem desconcentração da propriedade da terra, a agricultura camponesa enfrenta sérias dificuldades de existência, permanência e desenvolvimento.

A agricultura camponesa é responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pela população em geral. Logo, a questão agrária e, principalmente, a reforma agrária é de interesse de todos, do campo e da cidade. Nas palavras de Martins (1994, p. 12-13), “na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”. Os artigos da atual edição contribuem, justamente, com esse debate. Como alguns artigos abordaram, um dos principais pilares da questão agrária no Brasil é a concentração fundiária. Esta, por sua vez, contribui com a expansão do agronegócio, ocasionando conflitos agrários, injustiças

ambientais, além da desterritorialização e subordinação do campesinato. Contudo, os camponeses lutam para ter acesso à terra ou permanecerem nela e produzirem alimentos. Com o intuito de debater e aprofundar algumas dessas questões, esta apresentação está estruturada em duas seções. Na primeira seção, a discussão realizada se deu em torno da centralidade da questão agrária nas análises sobre o campo e a atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. Na segunda e última seção, os artigos, a tradução, a entrevista e a resenha que compõem o número 55 da Revista NERA foram brevemente apresentados aos leitores.

Questão agrária, luta pela terra e reforma agrária no Brasil

O objetivo dessa seção é analisar a centralidade da questão agrária nas discussões sobre o campo, enfatizando a atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil, visto que ambas são fundamentais para a existência e resistência da agricultura camponesa. O intuito é construir um debate que abranja algumas das temáticas abordadas pelos artigos publicados nessa edição, enfatizando elementos estruturais e conjunturais da realidade agrária. A questão agrária é um problema estrutural engendrado pelo desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista na agricultura (OLIVEIRA, 1991). Do ponto de vista geográfico, a territorialização do capital monopolista na agricultura produz a des(re)territorialização do campesinato. Já a monopolização do território pelo capital monopolista produz a subordinação do campesinato através da renda da terra. Ambos os processos geram o que Fernandes (2010) denomina conflitualidade, o movimento de des(re)territorialização de diferentes relações sociais no campo, a capitalista e a camponesa, gerando conflitos e disputas territoriais. Nesse ínterim, os camponeses sem-terra construíram uma importante estratégia de acesso da terra, a ocupação. De acordo com Fernandes (2000), a ocupação da terra é uma das principais formas de acesso à terra de vida e trabalho e, conseqüentemente, de (re)criação do campesinato no Brasil.

Após o acesso à terra, na maioria das vezes, os camponeses são reinseridos na produção capitalista das relações não capitalistas de produção (MARTINS, 1981). Isso quer dizer que, na circulação das mercadorias o capital continua se apropriando do trabalho camponês. E, no processo de produção de alimentos, os camponeses também estão cada vez mais dependentes do capital, sobretudo do pacote tecnológico do agronegócio. De acordo com Roos (2016), a territorialidade do agronegócio se manifesta nos territórios camponeses quando esses sujeitos aderem ao cultivo de *commodities*, que necessita da intensa utilização de sementes industrializadas e agrotóxicos, ou aos sistemas de integração de empresas do agronegócio. Todavia, como a subordinação e a dependência não são processos lineares, os camponeses resistem através de práticas socioterritoriais autônomas

e emancipatórias. É o que Origuéla (2019) denomina resistências territoriais. Ou seja, resistências baseadas na construção de territorialidades cada vez mais autônomas não só na produção, mas também na comercialização de alimentos agroecológicos. Com a produção agroecológica, os camponeses constroem uma relação de coprodução com a natureza (PLOEG, 2008), rompendo com relações de sujeição ao capital industrial, sobretudo. Ademais, o processamento desses alimentos, quando necessário, acontece em agroindústrias instaladas nas propriedades ou comunidades camponesas, inclusive em assentamentos rurais, e a comercialização em mercados populares, como feiras, cestas agroecológicas e lojas da reforma agrária.

Essas práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias aproximam os camponeses da natureza, da cultura local e regional, de outros camponeses com a organização de grupos gestores, associações, cooperativas e agroindústrias, e dos trabalhadores do campo e da cidade com os mercados populares. Dessa forma, os camponeses garantem o que a Via Campesina denomina soberania alimentar, o direito a alimentação, a produção de alimentos, a políticas agrícolas definidas pelos camponeses, além do respeito à diversidade produtiva e cultural, ao comércio justo, equitativo e sustentável (FORÚM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007). No entanto, é preciso entender que a soberania alimenta depende tanto da (re)criação do campesinato mediante a implantação de assentamentos rurais como da autonomia da agricultura camponesa, para que essa possa produzir alimentos agroecológicos para o autoconsumo e a comercialização, abastecendo, dessa forma, a população em geral. Por isso, a luta pela terra e reforma agrária nunca foram tão atuais. Elas devem ser o alicerce da proposta de soberania alimentar. Somente a luta pela terra e reforma agrária podem garantir o acesso à terra e a construção de políticas públicas que garantam a autonomia camponesa na produção e comercialização de alimentos.

O problema é que reforma agrária não faz parte da agenda política do atual governo. Aliás, nos últimos anos a política de reforma agrária foi completamente abandonada. E não há perspectivas de que ela ganhe prioridade caso os movimentos socioterritoriais não se organizem para pressionar o Estado a agir nesse sentido. Além disso, quando essa política esteve na pauta dos governos, seu principal objetivo não foi cumprido, que é a desconcentração da propriedade da terra. A reforma agrária que aconteceu no país esteve atrelada à resolução de conflitos fundiários, regularização da posse de povos tradicionais, colonização (principalmente durante a Ditadura Militar) ou pressão política exercida pelos movimentos socioterritoriais, sobretudo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A execução de uma chamada reforma agrária parcial se deve ao fato de os governos não entenderem a agricultura camponesa como outro modelo de desenvolvimento do campo, mas sim como parte do modelo hegemônico, o

agronegócio (FERNANDES, 2013). Por esse motivo, a reforma agrária é um desafio, visto que, além de não resolver a questão fundiária, as políticas públicas voltadas para o campo contribuem com a dependência e a subordinação do campesinato ao capital.

Mediante tal cenário, os movimentos socioterritoriais camponeses possuem dois grandes desafios. O primeiro é lutar para que a reforma agrária volte a fazer parte das agendas governamentais. E o segundo, de que a política de reforma agrária esteja aliada à proposta de soberania alimentar da Via Campesina. Em outras palavras, é necessário que o acesso à terra seja seguido de políticas públicas que garantam a autonomia dos camponeses na produção e comercialização de alimentos, valorizando os conhecimentos camponeses, a relação de coprodução com a natureza e as culturas locais e regionais.

Em um cenário decorrente da pandemia da COVID-19, que desde março assola o globo, observa-se novamente a importância da reforma agrária, uma vez que a agricultura saudável, promovida por meio da segurança e soberania alimentar pode ser o remédio para a doença. Ao mesmo tempo, em decorrência da pandemia, há um agravamento da situação alimentar em todo o mundo. Segundo a OXFAM Brasil (2020) a projeção é cerca de 12.000 podem morrer de fome diariamente até o final de 2020 devido aos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia. A FAO, na publicação anual *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*, informou que antes da pandemia, em 2019, quase 690.000.000 de pessoas (8,9% da população global) estavam subnutridos. Segundo o mesmo documento, as projeções preliminares é de que 83.000.000 a 132.000.000 de pessoas passam a integrar o grupo de subnutridos. É importante pensarmos na alimentação como causa e efeito da pandemia, uma vez que o vírus pode apresentar consequências mais graves a população subnutrida. Neste contexto, a reforma agrária se coloca, ainda mais, como necessária para pensarmos um mundo pós-pandêmico.

Sobre os artigos

O número 55 da Revista NERA é composto por dezesseis artigos que abordam diferentes temáticas relacionadas à questão agrária no Brasil, na Argentina e no Paraguai. A edição também traz a tradução do artigo “Ao meu irmão, o camponês” de Élisée Reclus, realizada por Sergio Aparecido Nabarro, a resenha da obra “Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência”, de Rob Wallace, realizada por Allan Rodrigo de Campos Silva, e a entrevista com a professora Rosa Ester Rossini, realizada pela docente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal) Ana Rute do Vale. Os artigos publicados na edição 55 analisam a relação entre a expansão de monocultura e a concentração fundiária, os conflitos agrários brasileiros, a reforma agrária nos ciclos políticos do país, as relações

produtivas em assentamentos rurais, a agroecologia e a agricultura urbana, entre outros assuntos relevantes e atuais. Ainda que a diversidade de temáticas abordadas seja ampla, problemas históricos e estruturais perpassam vários dos artigos presentes nessa edição, como a concentração da propriedade da terra, corroborando com a centralidade da questão agrária nas análises sobre o campo.

O primeiro artigo da edição 55 é “Questão agrária: uma discussão necessária” de Raimundo Pires Silva e Helena Carvalho de Lorenzo. No texto os autores abordaram os aspectos essenciais da questão agrária brasileira, como a distribuição desigual e a concentração da terra, o agronegócio, o conflito fundiário, o acesso à terra, a agricultura camponesa e a soberania ambiental e alimentar. Os autores concluíram que a realidade agrária brasileira, sob a hegemonia do agronegócio, exacerba a questão agrária, visto que é a sua manutenção que constrói as condições necessárias para a expansão do agronegócio na atualidade. Dentre essas condições, os autores destacaram a apropriação da terra e dos recursos naturais a partir da concentração fundiária, a pilhagem dos recursos naturais, a diáspora camponesa, indígena e quilombola, a diminuição e a superexploração do trabalho humano e, por último, a manutenção de estoques de terras improdutivas e devolutas impedindo o acesso dessas terras pelos camponeses com pouca ou sem terra.

No artigo “Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do estado de São Paulo, Brasil”, os autores José Giacomo Baccarin, Jonatan Alexandre de Oliveira e Gláucia Elisa Mardegan analisaram os impactos da expansão e mudanças tecnológicas canavieiras sobre a estrutura fundiária do estado de São Paulo, no período de 1975 a 2006. De acordo com os autores, a expansão da atividade canavieira, principalmente de 1996 a 2006, ocorreu acompanhada do aumento de importância de estabelecimentos muito grandes e da concentração fundiária, sendo essa última a menos impactada, pois os empresários expandiram seus canaviais mais pelo arrendamento do que pela aquisição de terras. Dentre as causas concentradoras da expansão canavieira, os autores assinalaram a forte integração vertical entre usinas de açúcar e etanol e lavoura canavieira e a ampliação da mecanização da colheita de cana, dificultando a permanência de pequenos e médios fornecedores nessa atividade.

O terceiro artigo, intitulado “O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA”, de autoria de Suenia Cibeli Ramos Almeida, teve como objetivo analisar como injustiças socioambientais foram instaladas e perpetuadas à luz da experiência do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) com a produção de sementes crioulas e convencionais operacionalizada, no período de 2004 a 2014, no estado de Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada entre 2015 e 2016 com camponeses, dirigentes do MPA, pesquisadores e gestores envolvidos no processo por meio de entrevistas e visitas *in loco*. Ao longo do

texto, a autora apresenta como a expropriação dos recursos naturais, econômicos e políticos cooperaram com a exclusão dos camponeses das políticas de apoio a novas alternativas de produção ecologicamente sustentáveis, neste caso, a produção de sementes crioulas. A autora concluiu que a perda de agrobiodiversidade, no caso dos sistemas agroalimentares camponeses com a substituição de sementes crioulas por sementes transgênicas e híbridas, deve ser entendida não só como um efeito das injustiças socioambientais, mas, sobretudo, como resultado de um legado histórico do conflito socioambiental fundador da concentração de terra no Brasil.

No artigo “Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó – SP- Brasil”, os autores Lucas Bento da Silva e Marcelo Rodrigues Mendonça analisaram a luta pela terra, tomando como referência a estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial, no Quilombo Cafundó, localizado no estado de São Paulo. A partir do debate sobre conflitualidade e estrutura agrária, os autores abordaram os processos de desterritorialização e reterritorialização do Quilombo Cafundó, analisando a pressão pela qual o quilombo vem passando com a territorialização de empresas e do monocultivo de eucalipto.

No artigo “Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal”, os autores Ana Maria de Carvalho e José do Carmo Alves Siqueira abordaram como melhorar a eficácia das políticas públicas de apoio ao cumprimento dos direitos constitucionais da população rural, ou urbana, especialmente aquela organizada em movimentos sociais do campo. Para isso, os autores se basearam na relação de causalidade entre as violências real e simbólica aplicadas aos conflitos agrários brasileiros. De acordo com os autores, as políticas públicas são um dos meios de maior eficácia para reduzir desigualdades. Contudo, é preciso ir além, havendo monitoramento e acompanhamentos das políticas públicas, buscando assim a sua efetividade. Também é preciso criar mecanismos para que a população rural possa se empoderar através da educação e do conhecimento, rompendo, sobretudo, com as formas simbólicas de manutenção do poder.

O artigo “A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)” dos autores Renata Cattelan, Marcelo Lopes de Moraes e Roger Alexandre Rossoni aborda as ações dos governos no que se refere à política de reforma agrária no país. Os autores iniciaram a análise no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), depois analisaram os governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), concluindo o texto no governo Jair Messias Bolsonaro, analisando, inclusive, suas perspectivas futuras (2019-2022). Segundo os autores, nos governos abordados foram efetuadas tentativas de iniciar uma política de reordenamento agrário, contudo não atenderam às necessidades da questão agrária. Todavia, os autores enfatizaram que se

quer aconteceu uma reforma agrária no Brasil, pois as ações desses governos foram paliativas visando conter conflitos agrários, reduzir os conflitos ideológicos e atenuar as tensões da expectativa dos movimentos sociais e dos sem-terra.

Fabiano Greter Moreira elaborou o artigo “As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS”, objetivando analisar as perspectivas dos processos de produção dos assentados e como as relações produtivas ocorrem dentro e fora dos lotes. O município estudado possui quatro Projetos de Assentamentos (Teijin, Casa Verde, São João e Santa Olga). De acordo com o autor, as relações produtivas nesses assentamentos rurais estão relacionadas às diversas condições e estratégias de sobrevivência construídas pelos assentados. São relações de produção com características particulares, variando conforme alguns fatores, como as aptidões de cada assentado em seu lote. Porém, pode-se afirmar que a produção de leite está presente em todos os assentamentos, sendo uma das principais fontes de renda nos lotes.

No artigo “Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária”, os autores Fabio Frattini Marchetti, João Dagoberto Santos e Paulo Eduardo Moruzzi-Marques analisaram as características socioeconômicas de assentamentos rurais no Extremo Sul da Bahia e no Pontal do Paranapanema, São Paulo, com foco na agrobiodiversidade associada à mandioca. De acordo com os autores, desde a Revolução Verde a agrobiodiversidade mundial vem diminuindo significativamente. Mesmo assim, existem condições propícias para a circulação e manutenção de agrobiodiversidade em assentamentos rurais de reforma agrária. Contudo, diferentes fatores impactam o nível da agrobiodiversidade manejada. No caso da mandioca, a diversidade de variedades é claramente maior nos assentamentos do Extremo Sul da Bahia, em comparação com aquela encontrada nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Segundo os autores, as dimensões explicativas estão diretamente relacionadas às questões socioeconômicas, culturais e de organização interna dos assentamentos, em cada região.

No artigo “Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais”, Marcelo Gomes Justo analisa a produção orgânica e agroecológica na cidade de São Paulo, no contexto da discussão sobre transição agroecológica. O autor apresenta uma série de dados e informações importantes sobre a produção orgânica e agroecológica na cidade. Contudo, o autor ressalta que a ação combinada de movimentos socioespaciais e socioterritoriais é necessária para a expansão da agroecologia em São Paulo. Segundo ele, a agroecologia precisa ser entendida pelo conjunto de movimentos socioespaciais e socioterritoriais no campo e na cidade. O que engloba diferentes espaços e territórios, como os assentamentos de reforma agrária tipo

Comunas da Terra, as hortas comunitárias, as associações de produtores orgânicos e as terras indígenas.

Queli Rejane da Silva Konzgen e Jussara Mantelli elaboraram o artigo “As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do Grupo Agroecológico do Remanso – Canguçu/RS”, cujo objetivo foi identificar as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelo Grupo Agroecológico do Remanso, no município de Canguçu/RS, para sua permanência e continuidade. As principais estratégias identificadas pelas autoras são a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural, que ocorrem de maneira inter-relacionada, ou seja, ao mesmo tempo e com certo grau de dependência. Entretanto, de acordo com as autoras, ainda que o Grupo Agroecológico do Remanso apresente estrutura e organização, existem alguns desafios que precisam ser enfrentados, como a falta de mão de obra nas unidades familiares, o que dificulta a expansão da produção agroecológica e a própria reprodução da agricultura familiar.

No artigo “Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?”, a autora Carina Inserra Bernini discute como o estabelecimento de Unidades de Conservação tende a substituir as políticas agrárias, analisando as contradições que emergem da mediação do acesso ao território tradicional pela conservação ambiental, além de defender que esta tendência vem se constituindo, ao mesmo tempo, em uma estratégia para a manutenção da estrutura agrária brasileira.

No artigo “A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: um estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras”, Gabriel Troilo e Maria Nalva Rodrigues de Araújo analisaram os tensionamentos produzidos pela inserção da educação em agroecologia no ensino superior, por meio da investigação feita com propostas pioneiras de cursos inseridas em duas universidades públicas do país, o Curso de Tecnologia em Agroecologia da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no assentamento Contestado, Lapa, Paraná, projeto implementado pelo Movimento Sem Terra (MST) em articulação com a articulação internacional La Via Campesina; e o Curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), campus de Araras, projeto implementado por um conjunto de docentes da área de agrárias da própria universidade. Os autores concluíram que existe uma tendência em adaptar as formações à lógica de mercado, por meio do modelo de ensino tecnicista e empreendedor predominante nas ciências agrárias. Mas, como contra hegemonia a essa tendência, a educação em agroecologia estrutura uma proposta de formação mais humana e crítica, com projetos de curso que enfrentam o modelo dominante

e tem o desafio de produzir conhecimento e formar profissionais necessários à transição agroecológica da produção.

O artigo “Educação para ‘lavrar a liberdade’: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994)” de autoria de Higor Pereira e Sidney Lobato abordou as conexões entre as práticas pedagógicas utilizadas na formação das escolas comunitárias e as lutas encampadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os resultados mostraram a relação entre o projeto educacional popular fomentado pela CPT e as pautas do sindicato local relativas à luta pela terra e ao rompimento com o sistema de exploração dos trabalhadores pelos proprietários rurais. Ademais, concluiu-se que o projeto educacional estudado transcendeu os limites de suas pretensões mais imediatas, tornando-se fator de mudanças profundas na visão de mundo dos ribeirinhos afuaenses.

No artigo “Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS”, os autores Thiago Araujo Santos, Joser Cleyton Neves e Aliucha de Melo apresentaram uma reflexão sobre o caráter espacial do município de Três Lagoas, buscando evidenciar as ideologias geográficas que acompanham os processos sociais em curso, ao longo do tempo. De acordo com os autores, os resultados mostraram que sob a superfície do discurso do progresso encontram-se as linhas perenes de uma modernidade truncada, comum num país periférico e marcado pela recorrência de iniciativas restauradoras e acordos “pelo alto”.

No artigo “Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai”, a autora Lorena Izá Pereira aborda as singularidades do controle do território no Paraguai, apresentando as dinâmicas e contradições deste processo para a discussão. De acordo com a autora, o controle do território consiste em um processo de domínio de terras, de territórios e de seus benefícios, que ocorre tanto via territorialização como via territorialidade. Todavia, o controle do território não é único em todo o globo, pois é resultado de dinâmicas gerais (globais), particulares (nacionais/regionais) e singulares (locais) em interação. No caso do Paraguai, a autora identificou três regimes de controle do território desde 1870 (final da Guerra da Tríplice Aliança) até a atualidade. O primeiro regime ocorreu entre 1870 e 1950, o segundo entre a década de 1950 e meados da década de 1990 e o terceiro regime tem início nos anos 1990 e perdura até os dias atuais.

No artigo “Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990-2017)”, os autores Gabriel Horacio Galván e Dinalva Donizete Ribeiro analisaram a relação entre a expansão da cultura da soja na e a redução da população no campo argentino. De acordo com os autores, o aumento da área cultivada com soja pressionou a população do campo rumo às cidades. Assim, a expansão da fronteira agrícola é um elemento importante, ainda

que não o único, para explicar os processos do êxodo rural na Argentina e outras contradições inerentes ao modelo agropecuário adotado pelo país.

A obra “Ao meu irmão, o camponês” de autoria de Élisée Reclus, foi traduzida por Sergio Aparecido Nabarro. Élisée Reclus foi um geógrafo francês que se destacou pelo seu pensamento anarquista. A tradução desse trabalho contribui com as discussões dos pesquisadores interessados nos estudos sobre o campesinato. Já em “A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini”, Ana Rute do Vale entrevistou uma das geógrafas que mais se destaca nos estudos da questão de gênero na geografia brasileira, especialmente, com relação à trabalhadora rural dos canaviais paulista. A partir da entrevista é possível entender a trajetória pessoal da entrevistada desde a sua chegada à graduação em Geografia na Universidade de São Paulo (USP), onde desenvolveu sua carreira de docente e pesquisadora, até a escolha metodológica nas pesquisas sobre gênero, além do machismo no meio acadêmico. Por último, na resenha da obra “Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência”, de Rob Wallace, realizada por Allan Rodrigo de Campos Silva, é possível compreender que as origens da pandemia de COVID-19, assim como diversas outras epidemias dos últimos anos, residem na globalização das práticas predatórias do agronegócio, mais especificamente na pecuária intensiva.

Desejamos a todos(as) uma ótima leitura!

Referências

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. SPOSITO, Eliseu Savério; SANT’ANNA NETO, João Lima. **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 505-560.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração de Nyélény**, Selingue/Mali, 2007.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) Report 2020**. Roma: FAO, 2020.

ORIGUÉLA, C. F. **Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2019. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OXFAM BRASIL. **O vírus da fome**: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. São Paulo: OXFAM Brasil, 2020.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

ROOS, D. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

Como citar este artigo

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.
